

RELATÓRIO | 2017

Aquisição, Oneração e
Alienação dos bens imóveis do
domínio privado do Estado e
dos Institutos Públicos





ÍNDICE

1. INTRODUÇÃO	2
2. OPERAÇÕES IMOBILIÁRIAS EM 2017	3
2.1 Aquisição onerosa de imóveis e de outros direitos reais de gozo pelo Estado e por institutos públicos em 2017.....	3
2.2 Oneração de imóveis do Estado e dos institutos públicos em 2017	4
2.3 Alienação de imóveis do Estado e dos institutos públicos em 2017	4
2.4 Permuta de imóveis do Estado e dos institutos públicos em 2017	6
3. CONCLUSÃO	7
QUADROS	
Quadro 1 Imóveis alienados pelo Estado e institutos públicos.....	5
Quadro 2 Imóveis alienados por Ministério	5
Quadro 3 Tipo de procedimento de alienação	6
Quadro 4 Imóveis alienados por Entidade adquirente	6
ANEXOS	
Anexo 1 Mapa 1 - Alienação de imóveis do Estado e dos institutos públicos em 2017	



1. INTRODUÇÃO

O presente Relatório é elaborado de acordo e para os efeitos previstos no artigo 115.º do Decreto-Lei n.º 280/2007, de 7 de agosto¹, designadamente, a apresentação de informação pelo Governo à Assembleia da República sobre a aquisição, oneração e alienação de bens imóveis do domínio privado do Estado e dos institutos públicos.

A sua preparação teve por base a informação produzida pela Direção-Geral do Tesouro e Finanças, no âmbito das atribuições e competências que lhe estão cometidas, e ainda nos dados que a esta são comunicados pelas entidades intervenientes nas respetivas operações imobiliárias.

As operações imobiliárias supra descritas encontram o seu enquadramento legal junto do Decreto-Lei n.º 280/2007, de 7 de agosto, que estabelece o regime jurídico do património imobiliário público, da Lei Orçamental e respetivo decreto-lei de execução orçamental em vigor em cada ano civil, e ainda, no que concerne à constituição de onerações, em legislação própria. Importa referir que as aquisições para o Estado por via expropriativa não são elencadas neste Relatório dado o seu procedimento não decorrer do Decreto-Lei n.º 280/2007, nem correr pela Direção-Geral do Tesouro e Finanças.

Nessa decorrência, a inobservância do Decreto-Lei n.º 280/2007, designadamente quando não tenha sido recolhida a competente autorização do membro do governo responsável pela área das finanças, não tenha havido instrução do respetivo processo junto da Direção-Geral do Tesouro e Finanças ou não exista comunicação sobre a concretização da operação imobiliária podem prejudicar a exaustividade da informação prestada neste relatório.

2. OPERAÇÕES IMOBILIÁRIAS EM 2017

2.1 Aquisição onerosa de imóveis e de outros direitos reais de gozo pelo Estado e por institutos públicos em 2017

De acordo com o regime estabelecido no Decreto-Lei n.º 280/2007, de 7 de agosto, compete ao membro do Governo responsável pela área das finanças autorizar a aquisição onerosa, para o Estado, do direito de propriedade ou de outros direitos reais de gozo sobre bens imóveis, quando o valor da aquisição seja inferior ao montante estabelecido no regime de realização de despesa pública para os ministros autorizarem despesa.

¹ Alterado pela Lei n.º 55-A/2010, de 31 de dezembro, pela Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro, pela Lei n.º 66-B/2012 de 31 de dezembro, pelo Decreto-Lei n.º 36/2013, de 11 de março, pela Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro e pela Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro.



Tratando-se da aquisição onerosa para os institutos públicos, do direito de propriedade ou de outros direitos reais de gozo sobre bens imóveis, cujo valor seja inferior ao montante estabelecido no regime de realização de despesa pública para os ministros autorizarem despesa, compete ao membro do Governo responsável pela área das finanças e ao membro do Governo responsável pela tutela autorizar essa aquisição. Quando o valor da aquisição seja igual ou superior ao montante estabelecido no regime de realização de despesa pública para os ministros autorizarem, compete ao Primeiro-Ministro autorizá-la. Caso o valor da aquisição exceda o montante estabelecido no regime de realização de despesa pública para o Primeiro-Ministro autorizar despesa, a sua autorização compete ao Conselho de Ministros.

No ano de 2017, não se registaram, aquisições onerosas de imóveis ou de direitos reais menores, nem pelo Estado, nem por institutos públicos.

2.2 Oneração de imóveis do Estado e dos institutos públicos em 2017

Para além da constituição de direitos de superfície sobre imóveis do domínio privado do Estado e dos institutos públicos, regulada no Decreto-Lei n.º280/2007, de 7 de agosto, podem ainda ser constituídos outros direitos reais de gozo sobre os imóveis referidos, *vg* servidões de passagem e servidões administrativas.

À semelhança das aquisições onerosas de imóveis, ou de direitos reais menores, também não se registaram, em 2017, onerações de imóveis do Estado ou de institutos públicos.

2.3 Alienação de imóveis do Estado e dos institutos públicos em 2017

De acordo com o Decreto-Lei n.º 280/2007, de 7 de agosto, os imóveis do domínio privado do Estado e os imóveis dos institutos públicos cuja propriedade não seja necessária à prossecução de fins de interesse público e cuja manutenção na sua propriedade não seja conveniente podem ser objeto de alienação.

Podem igualmente ser vendidos imóveis afetos a fins de interesse público desde que fique assegurada a continuidade da prossecução de fins dessa natureza.

Compete ao membro do Governo responsável pela área das finanças autorizar a venda mediante negociação com publicação prévia da anúncio e ajuste direto de imóveis do Estado e dos institutos públicos, com exceção do procedimento por hasta pública, o qual é autorizado pelo Diretor-Geral do Tesouro e Finanças.



A decisão de adjudicação de imóveis alienados através do procedimento por negociação com publicação prévia de anúncio é do membro do Governo responsável pela área das finanças, competindo essa adjudicação nos restantes procedimentos, ao Diretor-Geral do Tesouro e Finanças, no caso de imóveis do Estado, ou ao respetivo órgão de direção, no caso de imóveis dos institutos públicos.

Para além das modalidades de alienação previstas no Decreto-Lei n.º 280/2007, de 7 de agosto, há ainda que realçar que, a coberto do Código das Expropriações, podem os imóveis do Estado ser objeto de expropriação por outras entidades, sendo que tal ato ainda que configurando uma aquisição originária para o expropriante, não pode deixar de se considerar na vertente do expropriado como diminuição do seu património, configurando assim uma alienação na perspetiva do sujeito expropriado.

Conforme melhor se demonstra no Quadro 1 em 2017 foram alienados 28 imóveis que correspondem a um valor de transação de 8.199.743,10 €, sendo que cerca de 53% deste valor foi alcançado através da alienação de imóveis do Estado.

Quadro 1
Imóveis alienados pelo Estado e institutos públicos

Entidade Alienante	Imóveis		Transação	
	N.º	%	Valor (€)	%
Estado Português	20	71%	4.344.943,10	53%
Institutos públicos	8	29%	3.854.800,00	47%
Total	28	100%	8.199.743,10	100%

No quadro seguinte segue a distribuição por Ministério dos imóveis alienados pelo Estado e por institutos públicos, em 2017, donde se retira que o Ministério que mais imóveis disponibilizou para alienação foi o das Finanças, 61%.

Quadro 2
Imóveis alienados por Ministério

Ministérios	Imóveis 2017		Transação 2017	
	N.º	%	Valor (€)	%
Agricultura, Florestas e Desenvolvimento Rural	6	21%	1.187.437,50	14%
Finanças	17	61%	3.576.705,60	44%
Justiça	3	11%	285.300,00	3%
Trabalho, Solidariedade e Segurança Social	2	7%	3.150.300,00	38%
Total	28	100%	8.199.743,10	100%



Tal como se verifica no quadro seguinte, e no que concerne ao tipo de procedimento adotado na alienação de imóveis, 54% foram alienados por hasta pública, 36 % por ajuste direto e 11% por expropriação, sendo que os imóveis alienados por hasta pública representam 78% do valor total de transação.

Quadro 3
Tipo de Procedimento de alienação

Procedimento de Alienação	Imóveis 2017		Transação 2017	
	N.º	%	Valor (€)	%
Hasta Pública	15	54%	6.375.600,00	78%
Ajuste Direto	10	36%	1.136.190,00	14%
Expropriação	3	11%	687.953,10	8%
Total	28	100%	8.199.743,10	100%

Conforme se pode concluir da leitura do quadro 4, dos 28 imóveis alienados, 71% foram adquiridos por particulares e empresas privadas, 25% por autarquias locais e 4% por Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS).

No que concerne ao valor de transação, 89% (7.291.463,10 €) representa alienações a particulares e empresas privadas e 11% a autarquias locais e IPSS (808.280,00 €).

Quadro 4
Imóveis alienados -Entidade Adquirente

Entidades Adquirentes	Imóveis 2017		Transação	
	N.º	%	Valor (€)	%
Autarquias Locais	7	25%	826.480,00	10%
Empresas Privadas	9	32%	3.337.813,10	41%
Particulares	11	39%	3.953.650,00	48%
Instituições Particulares de Solidariedade Social	1	4%	81.800,00	1%
Total	28	100%	8.199.743,10	100%

A identificação dos imóveis alienados consta do Mapa 1, anexo ao presente Relatório.

2.4 Permuta de imóveis do Estado e dos institutos públicos em 2017

A permuta é um contrato inominado cujo núcleo essencial consiste na prestação de uma coisa por outra.

De acordo com o artigo 107.º do Decreto-Lei n.º 280/2007, de 7 de agosto podem ser efetuadas permutas de imóveis do Estado e dos institutos públicos desde que os imóveis a adquirir revistam especial interesse para o Estado ou instituto público e que o valor da avaliação dos imóveis a adquirir não exceda em 50% os imóveis dados em permuta.

No que se refere ao ano de 2017, não se verificaram permutas de imóveis.



3. CONCLUSÃO

O ano de 2017 foi marcado pela ausência de aquisições de imóveis ou de outros direitos reais menores de gozo pelo Estado ou pelos institutos públicos.

No que concerne à alienação de imóveis, foram vendidos 28, alcançando-se o valor de transação de 8.199.743,10 €, constituindo a hasta pública o procedimento preferencial e que representou 78% daquele valor. O setor privado foi o maior adquirente dos imóveis, representado as vendas a particulares 48% do valor de transação e 41% a empresas.

Lisboa, em 25 de janeiro de 2018

Mapa 1 - Alienação de imóveis do Estado e dos institutos públicos em 2017

ID	Processo	Designação do Imóvel	Distrito	Concelho	Freguesia	Registo Predial CRP	Inscrição Matricial	Tipologia (PU) Prédio Urbano (PU) Prédio Rústico (PR) Prédio Misto	Área Coberta (m²)	Área Descoberta (m²)	Área Global (m²)	Forma de Alienação	Ano do Contrato	Data efetiva da transação	Entidade Alieniante				Entidade Adquirente		Valor de Avaliação	Valor de Transação			
															Proprietário	NIF	Ministério	Organismo Disponibilizador	NIF	Proprietário			NIF		
22625	52-UJ-72	Prédio urbano sito na Av.º Carneiro Gusmão, 40 em Pinhel	Guarda	Pinhel	Pinhel	3738/Pinhel CRP Pinhel	3656/Pinhel	PU	178	272	450	Ajuste direto	2017	24/02/2017	Instituto de Gestão Financeira e Equipamentos da Justiça, I.P.	510 361 242	Ministério da Justiça	Instituto de Gestão Financeira e Equipamentos da Justiça, I.P.	510 361 242	Manuel dos Santos Valentim	181 031 078	90 000,00 €	90 000,00 €		
35272	26-PM-8	Ala Norte do "Santuário do Cabo Espichel"	Selúbal	Sesimbra	Sesimbra(Castelo)	9665/Sesimbra(Castelo) CRP Sesimbra	7826/Sesimbra(Castelo)	PU	1600	2100	3 700	Ajuste direto	2017	29/05/2017	Estado Português	501 481 036	Ministério das Finanças	Direção-Geral do Tesouro e Finanças	600 006 441	Município de Sesimbra	501 144 218	321 000,00 €	321 000,00 €		
22455	52-HI-207	Fração autónoma T, correspondente ao 9.º Eq.º, do prédio sito na Av.º José da Costa Mealhada, 46, em Loulé	Faro	Loulé	São Clemente	1705-T Loulé (S. Clemente) CRP Loulé	5364/Loulé(S. Clemente)	PU	-	Loulé	-	Ajuste direto	2017	26/04/2017	Instituto de Gestão Financeira e Equipamentos da Justiça, I.P.	510 361 242	Ministério da Justiça	Instituto de Gestão Financeira e Equipamentos da Justiça, I.P.	510 361 242	Michael Lott Heath Lott	255 168 080 290 338 263	98 800,00 €	98 800,00 €		
5146	52-OC-46	Prédio urbano sito na Rua de Courche, nº 58, em Almeirim	Santarém	Almeirim	Almeirim	8340/Almeirim CRP Almeirim	2506/Almeirim	PU	3 065,32	1 432,91	4 498,23	Ajuste direto	2017	31/07/2017	Instituto da Vinha e do Vinho, I.P.	501 722 335	Ministério da Agricultura, Florestas e Desenvolvimento Rural	Instituto da Vinha e do Vinho, I.P.	501 722 335	Município de Almeirim	501 273 433	286 000,00 €	286 000,00 €		
25905	21-HH-155	Prédio urbano sito na Rua Cardeal Neto, nº 21, em Lagos	Faro	Lagos	Lagos (Santa Maria)	1739/Lagos (Santa Maria) CRP Lagos	316/São Gonçalo de Lagos	PU	68,5	55,5	124	Ajuste direto	2017	12/07/2017	Estado Português	501 481 036	Ministério das Finanças	Direção-Geral do Tesouro e Finanças	600 006 441	Tiago Filipe Candeira Galhano Daniela Marques da Glória	223 786 691 221 986 170	114 000,00 €	114 000,00 €		
778	21-EE-155	Prédio Misto denominada "Fonte Insonça" sito a Fonte Insonça, em Idanha-a-Nova	Castelo Branco	Idanha-a-Nova	Idanha-a-Nova	2808/Idanha-a-Nova CRP Idanha-a-Nova	8-3 Seção 2/União das Freguesias de Idanha-a-Nova e Alcafozes U-3043/União das Freguesias de Idanha-a-Nova e Alcafozes	PM	244	316 881	317 125	Ajuste direto	2017	18/07/2017	Estado Português	501 481 036	Ministério da Agricultura, Florestas e Desenvolvimento Rural	Direção-Geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural	600 082 440	Santa Casa da Misericórdia de Idanha-a-Nova	501 385 169	81 800,00 €	81 800,00 €		
22177	21-EB-72	Parcela de terreno com a área 4.819 m2 a destacar da parte rústica do imóvel designado de Antigo Centro Educativo de São Filipe, em Castelo Branco	Castelo Branco	Castelo Branco	Louçãl do Campo	-	1-seção U1 a U19/Hazaré	PR	-	4 819	4 819	Ajuste direto	2017	23/08/2017	Estado Português	501 481 036	Ministério das Finanças	Instituto de Gestão Financeira e Equipamentos da Justiça, I.P.	510 361 242	Município de Castelo Branco	501 143 530	2 460,00 €	2 460,00 €		
25494	21-JL-100	Parcela de terreno a destacar da Mata Nacional do Valado, com a área de 395,385 m2, para construção do IC9- Nazaré-Alcaboga	Leiria	Nazaré	Nazaré	470/Hazaré CRP Nazaré	1 Seção U1 a U19/Hazaré	PR	-	395 385	395 385	Expropriação	2017	13/09/2017	Estado Português	501 481 036	Ministério da Agricultura, Florestas e Desenvolvimento Rural	Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, I.P.	510 342 647	AELO-Auto Estradas do Litoral Oeste, S.A.	508 878 969	593 077,50 €	593 077,50 €		
25494	21-JL-101	Parcela de terreno a destacar da Mata Nacional do Valado com a área de 62,235 m2, para construção do IC9- Nazaré-Alcaboga	Leiria	Nazaré	Valado dos Frades	32/Valado dos Frades CRP Nazaré	1 Seção E1 a E4/Valado dos Frades	PR	-	62 235	62 235	Expropriação	2017	13/09/2017	Estado Português	501 481 036	Ministério da Agricultura, Florestas e Desenvolvimento Rural	Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, I.P.	510 342 647	Brisa-Engenharia e Gestão S.A.	506 081 079	93 360,00 €	93 360,00 €		
35107	21-JO-136	Prédio rústico sito no Lugar da Varejão em Peniche	Leiria	Peniche	Atouguia da Baleia	8959/Atouguia da Baleia CRP Peniche	223 Seção "AA"/Atouguia da Baleia	PR	0	1 560	1 560	Ajuste direto	2017	14/09/2017	Estado Português	501 481 036	Ministério das Finanças	Direção-Geral do Tesouro e Finanças	600 006 441	Rosário Maria Marques Dias da Fonseca	182 756 157	3 750,00 €	3 750,00 €		
23591	52-HI-208	Fração autónoma I, correspondente ao 3.º Dt.º, do prédio sito na Rua Rainha Dona Leonor, s/n, em Loulé	Faro	Loulé	São Clemente	9003-I/Loulé (São Clemente) CRP Loulé	4930-I/Loulé (São Clemente)	PU	-	-	-	Hasta Pública	2017	22/12/2017	Instituto de Gestão Financeira e Equipamentos da Justiça, I.P.	510 361 242	Ministério da Justiça	Instituto de Gestão Financeira e Equipamentos da Justiça, I.P.	510 361 242	Valter Miguel Gago Viegas	214 038 955	81 400,00 €	96 500,00 €		
25906	21-HH-156	Fração autónoma N, correspondente à s/cave-estacionamento do prédio sito na Rua Gil Vicente, nº 39 e Rua Lançarote de Freitas nº 52, em Lagos	Faro	Lagos	São Gonçalo de Lagos	1974-N/Lagos(Santa Maria) CRP Lagos	3140-N/São Gonçalo de Lagos	PU	25	-	25	Hasta Pública	2017	13/12/2017	Estado Português	501 481 036	Ministério das Finanças	Direção-Geral do Tesouro e Finanças	600 006 441	Conçalo Rebelo de Andrade Cabral	117 320 056	8 220,00 €	9 000,00 €		
35255	21-LE-454	Fração autónoma E, correspondente ao 2.º Dt.º, do prédio sito na Rua das Flores, 1, Estoril	Lisboa	Cascais	União de Freguesias de Cascais e Estoril	2235-E/Estoril 2.º CRP Cascais	3734-E/União de Freguesias de Cascais e Estoril	PU	-	-	-	Hasta Pública	2017	13/12/2017	Estado Português	501 481 036	Ministério das Finanças	Direção-Geral do Tesouro e Finanças	600 006 441	Maria Filomena Jorge d'Almeida Carvalho Ramilho	111 012 430	66 300,00 €	103 300,00 €		
35136	21-LFE-122	Prédio urbano, constituído por terreno para construção, sito na Estrada da Torre, nº 75, em Lisboa	Lisboa	Lisboa	Lumiar	322/Lumiar CRP Lisboa	1793/Lumiar	PU	-	800	800	Hasta Pública	2017	31/10/2017	Estado Português	501 481 036	Ministério das Finanças	Direção-Geral do Tesouro e Finanças	600 006 441	Soc. Chavidomus - Soc de Edifícios Lda	503 091 367	590 000,00 €	602 000,00 €		
35135	21-LFE-H-74	Fração autónoma F, correspondente ao 3.º Dt.º, do prédio sito na Rua Visconde de Seabra, nº 12 a 12-D, em Lisboa	Lisboa	Lisboa	Alvalade	131-F/Alvalade CRP Lisboa	1272-F/Alvalade	PU	-	-	-	Hasta Pública	2017	31/10/2017	Estado Português	501 481 036	Ministério das Finanças	Direção-Geral do Tesouro e Finanças	600 006 441	Soc. Salmago-Participação e Gestão S.A.	503 781 738	386 000,00 €	446 000,00 €		
23340	21-LFG-A-230	Prédio urbano com três pisos sito no Largo do Rio Seco, nº 10 e 10-A, em Lisboa	Lisboa	Lisboa	Ajuda	1750/Ajuda CRP Lisboa	1045/Ajuda	PU	64	36	100	Hasta Pública	2017	16/11/2017	Estado Português	501 481 036	Ministério das Finanças	Direção-Geral do Tesouro e Finanças	600 006 441	Adília do Concelção Antunes Maria António José Eugénio	177 333 278 209 842 717	282 000,00 €	288 000,00 €		
35219	21-LFG-C-306	Prédio urbano de dois pisos sito na Rua General João de Almeida, nº 3 e 3-A, em Lisboa	Lisboa	Lisboa	Belém	2286/Santa Maria de Belém CRP Lisboa	311/Belém	PU	-	-	85	Hasta Pública	2017	20/10/2017	Estado Português	501 481 036	Ministério das Finanças	Direção-Geral do Tesouro e Finanças	600 006 441	Soc. HRT-Hotelaria, Restauração e Turismo, Unipessoal, Lda	502 261 684	340 000,00 €	345 000,00 €		
35220	21-LFG-C-307	Prédio urbano de três pisos sito na Rua General João de Almeida, nº 5 e 5-A, em Lisboa	Lisboa	Lisboa	Belém	2288/Santa Maria de Belém CRP Lisboa	312/Belém	PU	70	20	90	Hasta Pública	2017	20/10/2017	Estado Português	501 481 036	Ministério das Finanças	Direção-Geral do Tesouro e Finanças	600 006 441	Soc. HRT-Hotelaria, Restauração e Turismo, Unipessoal, Lda	502 261 684	4 000,00 €	400 000,00 €		
35345	21-LFG-C-308	Prédio urbano de dois pisos sito na Rua General João de Almeida, nº 9, em Lisboa	Lisboa	Lisboa	Belém	2287/Santa Maria de Belém CRP Lisboa	314/Belém	PU	36	129	165	Hasta Pública	2017	20/10/2017	Estado Português	501 481 036	Ministério das Finanças	Direção-Geral do Tesouro e Finanças	600 006 441	Soc. HRT-Hotelaria, Restauração e Turismo, Unipessoal, Lda	502 261 684	470 000,00 €	470 000,00 €		
35227	21-LFG-H-17	Fração autónoma H, correspondente ao 4.º Dt.º, do prédio sito na Praça São João Bosco, 15, em Lisboa	Lisboa	Lisboa	Campo de Ourique	2417-H/Santa Isabel CRP Lisboa	2465-H/Campo de Ourique	PU	-	-	-	Hasta Pública	2017	22/12/2017	Estado Português	501 481 036	Ministério das Finanças	Direção-Geral do Tesouro e Finanças	600 006 441	Cruzacordilheiro-Unipessoal, Lda	513 601 384	227 000,00 €	251 000,00 €		
25985	21-LL-556	Fração autónoma F, correspondente ao 1.º Dt.º, do prédio sito na Av.º Infante D. Henrique, nº 91 91-A e 91-B, em Aguialva Cacém	Lisboa	Sintra	União de Freguesias de Aguialva e Mira Sintra	315-F/Aguialva CRP Aguialva-Cacém	2885-F/União de Freguesias de Aguialva e Mira Sintra	PU	-	-	-	Hasta Pública	2017	06/11/2017	Estado Português	501 481 036	Ministério das Finanças	Direção-Geral do Tesouro e Finanças	600 006 441	Município de Sintra	500 051 062	81 300,00 €	81 300,00 €		
9925	52-LFE-N-35	Escritório sito na Av.º Sacadura Cabral, nº 26 A e B, r/c Lisboa	Lisboa	Lisboa	Areeiro	3584-A/São Sebastião da Pedreira CRP Lisboa	414-A/Areeiro	PU	-	-	-	Hasta Pública	2017	20/10/2017	Instituto do Emprego e Formação Profissional, I.P.	501 442 600	Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social	Instituto do Emprego e Formação Profissional, I.P.	501 442 600	Luís Silva dos Milagres e Sousa	164 927 301	556 300,00 €	566 300,00 €		
9740	52-LFF-A-172	Prédio de seis pisos sito na Rua Conde Redondo, 129 em Lisboa	Lisboa	Lisboa	Santo António	853/Coração de Jesus CRP Lisboa	889/Santo António	PU	-	-	173,475	Hasta Pública	2017	20/10/2017	Instituto do Emprego e Formação Profissional, I.P.	501 442 600	Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social	Instituto do Emprego e Formação Profissional, I.P.	501 442 600	Alexandra Sofia Gomes de Almeida Valente	227 484 827	1 784 000,00 €	2 584 000,00 €		
21461	52-LL-386	Fração autónoma K, correspondente ao 2.º Dt.º, do prédio sito na Rua General Aves Rocardas, nº 10, em Sintra	Lisboa	Sintra	União das Freguesias de Sintra,S.Maria e S.Miguel,S.Martinho e S.Pedro de Penafertim	765-R/Santa Maria e S.Miguel CRP Sintra	3881-R/União das Freguesias de Sintra,S.Maria e S.Miguel,S.Martinho e S.Pedro de Penafertim	PU	-	-	-	Hasta Pública	2017	20/10/2017	Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, I.P.	510 342 647	Ministério da Agricultura, Florestas e Desenvolvimento Rural	Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, I.P.	510 342 647	Município de Sintra	500 051 062	63 000,00 €	63 000,00 €		
21462	52-LL-545	Fração autónoma L, correspondente ao 2.º Eq.º, do prédio sito na Rua General Aves Rocardas, nº 10, em Sintra	Lisboa	Sintra	União das Freguesias de Sintra,S.Maria e S.Miguel,S.Martinho e S.Pedro de Penafertim	765-T/Santa Maria e S.Miguel CRP Sintra	3881-T/União das Freguesias de Sintra,S.Maria e S.Miguel,S.Martinho e S.Pedro de Penafertim	PU	-	-	220	Hasta Pública	2017	20/10/2017	Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, I.P.	510 342 647	Ministério da Agricultura, Florestas e Desenvolvimento Rural	Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, I.P.	510 342 647	Município de Sintra	500 051 062	70 200,00 €	70 200,00 €		
35344	21-HM-142	Parcela de terreno com área de 10,38 m2, a destacar do prédio urbano sito no 16 do ER 125, em Mexilhoeira Grande	Faro	Portimão	Mexilhoeira Grande	Omisio	2634/Mexilhoeira Grande	PU	-	10,58	10,58	Expropriação	2017	21/02/2017	Estado Português	501481036	Ministério das Finanças	Direção-Geral do Tesouro e Finanças	600 006 441	Rotas do Algarve Litoral,S.A.	508 912 130	1 515,60 €	1 515,60 €		
35281	21-FA-110	Prédio urbano sito na freguesia de Benfeita, em Arganil	Coimbra	Arganil	Benfeita	2428/Benfeita CRP Arganil	70/Benfeita	PU	40	-	40	Ajuste direto	2017	04/12/2017	Estado Português	501481036	Ministério das Finanças	Direção-Geral do Tesouro e Finanças	600 006 441	Junta de Freguesia de Benfeita	506 840 140	2 520,00 €	2 520,00 €		
25629	21-PD-230	Imóvel composto por dois edifícios sito na Rua de Goa, nº 72, em Santo André	Selúbal	Boreiro	Lavrado	2530/Lavrado CRP Boreiro	99 e 344 da União das freguesias de Alto do Sebalção, Santo André e Verderrana	PU	150,55	160,45	311	Ajuste direto	2017	13/12/2017	Estado Português	501481036	Ministério das Finanças	Direção-Geral do Tesouro e Finanças	600 006 441	Domus Vidas - Gestão de Imóveis, Lda	506 309 924	135 860,00 €	135 860,00 €		
																						6 833 843,10 €		8 199 743,10 €	